

G. K. Helleiner

The new global economy and the developing countries

Brookfield, VT, USA, Edward Elgar Publishing Company, 1990. xiii + 290p., US\$47,95.

South Commission

The challenge to the South

New York, NY, USA, Oxford University Press, 1990. xv + 325p., US\$13,95.

A partir de perspectivas muito diferentes, ambos os livros dão uma ampla visão geral de quase todas as questões desenvolvimentistas. O relatório da Comissão Sul destaca principalmente aspectos ambientais. Contudo, a extensa análise das perspectivas — pretensamente maiores — de cooperação entre países em desenvolvimento não leva na devida conta a diversidade que vem rapidamente aumentando no seio do próprio "Sul". O longo capítulo sobre as "relações Norte-Sul" é imparcial quanto aos motivos do colapso do diálogo Norte-Sul, há 10 anos. Mesmo assim, muitas de suas recomendações assemelham-se àquelas que foram, na época, apresentadas pelos países em desenvolvimento. De certa forma, o relatório reconhece ter havido mudanças fundamentais no mundo e no "Sul"; seus conselhos, porém, não refletem muito essa consciência. O livro do Prof. Helleiner é uma coletânea de trabalhos já existentes — exceto um deles. Vários foram feitos há cinco ou 10 anos, e alguns estão defasados. Confirmam porém a merecida reputação do autor, de analista persuasivo dos problemas de países em desenvolvimento e de porta-voz de seus interesses.

Foto da capa: Padraic Hughes-Reid. Foto na capa: Yosef Hadar; pentes africanos: Bañco Mundial. Bati-que: Martha Bonilla. Arte das páginas 7, 11, 14, 36, 37, 39, 41 e 45: David Wisniewski. Composição: Betty Maguire. Gráficos: Seção Gráfica do FMI. Fotos do Banco: M. Iannacci. Fotos do FMI: D. Zara e Padraic Hughes-Reid.

Saadet Deger e Somnath Sen

Military expenditure

The political economy of international security

Oxford, UK, New York, NY, USA, Oxford University Press, 1991. xii + 186p., US\$48.

Liba Paukert e Peter Richards (orgs.)

Defence expenditure, industrial conversion and local employment

Geneva, Switzerland, International Labour Office, 1991. ix + 228p., US\$32 (brochura US\$24).

O livro de Deger e Sen — uma boa resenha cronológica, com comentários, das recentes tendências de reduzir gastos militares, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos — vem somar-se às várias contribuições dos autores nesse campo. Esse pequeno livro documenta fatos e ações significativos ocorridos nessa área e levanta, até de forma drástica, a questão que hoje se impõe aos governos: como reduzir o ônus dos gastos militares e tentar destinar mais recursos ao desenvolvimento sócio-econômico? O livro de Paukert e Richards, iniciado antes da distensão e da liberalização dos sistemas políticos do Leste europeu, traz uma oportuna análise dos efeitos dos gastos militares, a curto e longo prazos. A maioria dos especialistas que contribuíram para a obra concluiu que tais gastos têm efeitos negativos sobre as economias e que mesmo aqueles países que conseguiram crescimento mais rápido gastando mais na indústria bélica possivelmente chegariam a resultados melhores mediante outros gastos públicos e privados. Excetuando-se uma análise dos efeitos que tiveram sobre o emprego, na China, os cortes com defesa, a maioria dos capítulos aborda as questões de emprego e conversão em economias desenvolvidas: EUA, Reino Unido, URSS e áreas metropolitanas europeias. O destaque recai mais sobre as relações de trabalho do que sobre questões macroeconômicas.

United Nations Centre on Transnational Corporations

The challenge of free economic zones in Central and Eastern Europe

New York, NY, USA, United Nations, 1991. xxix + 435p., US\$75.

Os trabalhos que constituem esse livro concentram-se principalmente na URSS e abordam os seguintes assuntos: o papel e a criação de zonas francas (ZF), questões institucionais e econômicas, vínculos internos e internacionais, divisas, promoção e estudos de caso de ZF na Coreia, nos EUA, na Hungria, Irlanda, Iugoslávia e Polônia. Os autores do primeiro dos 22 trabalhos afirmam que "o crescimento de zonas de processamento de exportações... é provavelmente uma das inovações institucionais mais significativas que surgiram nos últimos 20 anos no cenário econômico mundial". Em apoio à assertiva, fazem ver que nos países em desenvolvimento que têm ZF o emprego total é "de mais de 1,5 milhão de trabalhadores" e as exportações ficam "em torno de US\$13 a US\$15 bilhões". Considerando-se essas cifras, as ZF têm pouquíssimo peso: empregam menos de um décimo de 1% da força de trabalho dos países em desenvolvimento, geram aproximadamente o mesmo percentual da produção e respondem por cerca de 1,5% das exportações de países desenvolvidos. Para chegar a esses resultados, os governos que implantaram zonas francas ofereceram aos investidores estrangeiros generosos subsídios, concessões, privilégios e incentivos. Talvez em certos casos as ZF tenham melhorado as políticas vigentes e se o governo pretender criar zonas francas, há maneiras melhores e piores de fazê-lo. O livro poderá ser útil a quem se interesse pelo assunto. Mas à medida que as economias adotarem políticas abertas, de mercado, o papel das ZF diminuirá ainda mais e serão esquecidos os temas abordados nesse livro, como localização ótima de uma ZF, questões contábeis, procedimentos alfandegários especiais, análises de custos/benefícios das ZF.

CARTAS

Economia da produção siderúrgica

Em seu artigo Mudanças na economia siderúrgica (*F&D*, jun. 1991), Robert Miller

acompanhou muito bem as mudanças ocorridas na indústria siderúrgica e sugeriu vários cenários possíveis para o desenvolvimento tecnológico. Mas deixou de considerar dois fatores que afetam a economia

da produção siderúrgica: o excesso de capacidade global de produzir aço e o imperativo da proteção ambiental.

Durante muitos anos, o aço foi a vaca sagrada das políticas industriais, tanto nos

íses em desenvolvimento como nos industrializados. Para muitos governantes, o fato de seu país possuir uma indústria siderúrgica simbolizava o próprio desenvolvimento econômico. A intoxicação histórica produzida gerou grande excesso de produção de média e baixa qualidades. Daí vários países terem recorrido a subsídios à produção e à exportação e a medidas de protecionismo do mercado a fim de incentivar indústrias não-econômicas e de manter o nível de emprego na indústria siderúrgica. Há exemplos na OCDE, no COMECON e no mundo em desenvolvimento.]

Achei estranho, principalmente, que um artigo dessa natureza omitisse toda e qualquer discussão de problemas ambientais. Como diz o próprio Sr. Miller, o investimento em usinas siderúrgicas é caro. A tecnologia adequada para controlar a poluição e proteger o meio ambiente local e global aumentam muito o ônus financeiro. Infelizmente, a experiência mostra que a proteção ambiental costuma ser a primeira vítima das restrições orçamentárias dos países em desenvolvimento. Basta considerar o Leste Europeu e a América Latina, para encontrar exemplos.

Para terminar, gostaria de sugerir aos que lidam com a distribuição de assistência internacional que considerassem a conveniência de apoiar um investimento de capital que cria pouquíssimos empregos, polui o meio ambiente e absorve recursos escassos. Além disso, esse investimento requerá futuramente subsídios e muito provavelmente resultará numa escala de operações superior às necessidades regionais.

Peter Wieczorowski
Associação dos Produtores de Aço
Washington, D.C.

Contabilidade ambiental

Este artigo de Ernst Lutz e Mohan Munasinghe, *Contabilizando o meio ambiente (F&D, março 1991)*, traz sugestões valiosas quanto aos ajustes que poderiam ser feitos nas contas nacionais para levá-las a refletir fatores ambientais que não aparecem na contabilidade convencional do PIB. Contudo, conviria esclarecer ou especificar melhor determinados pontos.

Os autores fazem ver, com razão, que os custos da despoluição ambiental com a indústria e o setor público são considerados

contribuições positivas à produção nacional. Mas não é necessariamente o que acontece caso esses custos caibam a empresas privadas e sejam excluídos do valor adicionado final. O que as empresas privadas gastarem com medidas preventivas ou com despoluição de áreas afetadas representa pagamento a fatores de produção e é incluído no IIB e no PIB.

Essas despesas talvez não aumentem a produção de bens e serviços comercializáveis, mas as indústrias as repassarão aos consumidores, cobrando preços mais altos. Tais gastos, feitos por empresas privadas, só não se refletirão nos números nominais do PIB se os custos da proteção ambiental forem plenamente absorvidos em lucros menores — o que é pouco provável.

Caberia bem, como sugerem os autores, deduzir do PIB os custos imputados pelo esgotamento dos recursos naturais, bem como os custos da degradação ambiental; assim se chegaria a um produto interno líquido ambientalmente ajustado (PIA), e depois se deduziriam os gastos com proteção ambiental para chegar-se à renda líquida ambientalmente ajustada (RLA). Os gastos — quer incumbissem aos governos, às empresas ou às famílias — apareceriam assim nas estatísticas nominais do PIB, comprovando a adequação dos ajustes.

Por fim, compreende-se que os autores não sugiram ajustes referentes a catástrofes naturais e à erosão natural, supondo provavelmente que as medidas de nosso "sucesso" não nos devem penalizar pelo que está fora do controle humano. Cabe porém sugerir que tais fatores sejam incluídos nos cálculos do PIA — tanto por constituírem quedas do bem-estar humano quanto por estarem relacionados a atividades produtivas, na medida em que investimentos prudentes do setor público e do setor privado diminuam as prováveis consequências sociais adversas dessas catástrofes naturais. Graças a tais ajustes, as "vantagens" desses investimentos onerosos refletir-se-iam indiretamente nas contas nacionais.

James Hanson
Willamette University
Salem, Oregon, EUA

Outra opinião...

No artigo de Ernst Lutz e Mohan Munasinghe,

a apresentação geral é boa, mas não são mencionados alguns pontos da maior importância, que são os seguintes:

1) *O PIB não leva em conta o consumo de recursos naturais.*

A afirmação está correta. O mesmo não se pode dizer da assertiva de que os recursos naturais não são de modo algum incluídos nos balancetes das contas nacionais. Essas contas têm duas partes: uma delas mostra o ciclo de produção e vai dar no PIB; a outra mostra alterações no valor dos bens de capital. O sistema requer que a depleção dos recursos naturais seja registrada nesta última parte — as contas de reconciliação.

Logo, o objetivo básico do PIA não é criar um sistema mais amplo; tem relação com a questão estrutural de transferir ou não a desvalorização dos recursos da conta de reconciliação para a conta de formação de capital.

2) *De acordo com a teoria de Hicks, de aceitação geral, esse consumo seria incluído no cálculo da renda.*

Mais uma vez, o argumento é em princípio correto. É isso que se faz nas contas de lucros e perdas das empresas. Empresas petrolíferas que possuem campos de petróleo reduzem seu valor em função da quantidade de petróleo que deles extraíram, ajustando assim seu lucro. Mas isso não significa que se possa aplicar o mesmo sistema às contas nacionais. As contas utilizadas no cálculo do PIB mostram o ciclo da produção nacional. Apresentam a utilização dos bens produzidos durante determinado período. Só serão desvalorizados, portanto, os bens que antes apareciam sob a forma de valor produzido. Os recursos naturais, por definição, não resultam da atividade humana. Se a desvalorização desses recursos fosse incluída nos cálculos da renda, o sistema ficaria destruído.

3) *O PIA corrige esse erro.*

Constitui erro lógico o conceito de que é possível desvalorizar alguma coisa que antes não fora registrada. Dentro de um bom sistema contábil, só podem ser desvalorizados os bens de capital previamente ativados como investimento. No conceito do PIA hoje mantido pelas Nações Unidas esse fato não é levado em conta, o que constitui falha teórica.

4) *Por tomarem por base o PIA e não o PIB, as políticas econômicas são forçadas a levar em conta os recursos naturais, no processo decisório.*

As boas políticas ambientais não podem decorrer da pura economia, assim como se viu ser impossível identificar as políticas educacionais e sociais com a expressão "capital humano", que já foi muito usada.

Professor U. P. Reich
Rheinland-Pfalz, Alemanha